

Pan descarta falência, fala em recuperação e abertura de 500 vagas

Ministério Público do Estado solicitou à Justiça a decretação de insolvência da fábrica de doces que tem sede em São Caetano

BEATRIZ MIRELLE

Especial para o **Diário**

beatrizmirelle@dgabc.com.br

A Pan (Produtos Alimentícios Nacionais), empresa de São Caetano, planeja criar 500 vagas de emprego caso seu plano de recuperação judicial prospere. Na segunda-feira, o Ministério Público do Estado de São Paulo solicitou que a Justiça decreta falência da empresa.

A companhia alega que se encontra em *stay period*, período de 180 dias concedidos para possibilitar a reestruturação e adequação do processo de recuperação. Também diz que está funcionando e possui 80 funcionários atuando. A reportagem do Diário esteve no local e encontrou os portões fechados.

Em entrevista exclusiva ao **Diário**, o advogado Alvario Fachin, que está à frente do processo de recuperação judicial da Pan, afirmou que a companhia tem plena capacidade de preservação tanto da empresa quanto dos empregos. “Confiamos na homologação dessa recuperação, no aporte de capital, na abertura de vagas de emprego e na recontração de funcionários. Depois de homologado, nosso projeto é criar

em um ano 500 novas vagas, no mínimo”, explica Fachin.

O *stay period* foi acordado em 1º de agosto, antes do pedido de decretação de falência. A empresa soma R\$ 119 milhões de dívida tributária.

“Estamos na segunda fase da recuperação, que é o pedido de um novo plano de pagamentos, justamente para atender a preservação de funcionários e renda da empresa, que tem mais de 80 anos. Faremos uma nova assembleia geral de credores. Temos empresas e fundos que se dispõem a aplicar

valores consideráveis na Pan por causa da força da marca. Valem mais de R\$ 800 milhões. Oferecemos metade do prédio para transação de pagamento dessas dívidas. Até o momento, não conseguimos êxito nessa formalizar”, disse Fachin.

Em relação à solicitação de decreto de falência, o advogado informa que houve o requerimento do promotor para “convolação da recuperação judicial em falência”. Ou seja, foi solicitado que o processo passe de um estado civil para outro.

De acordo com Fachin, a pandemia e isolamento físico durante a pandemia de Covid devem ser considerados durante a medida, que será analisada pelo juiz.

INSTALAÇÕES

Apesar do número reduzido de funcionários, Fachin indica que a produção está funcionando. A Pan aguarda a destinação do prédio, justificando, assim, a falta de reformas na instalação. “As benfeitorias que precisam ser feitas não foram realizadas porque se o Estado ficar com o prédio, ele pode ser entregue para (*ser sede de*) uma secretária de saúde ou da educação. Claro que isso vai passar por uma adaptação, mas, neste momento, os consertos seriam um gasto desnecessário”, cita.

O advogado informa que um dos pontos fixados no processo foi o fechamento dos pontos de venda. A decisão é “para concentrar (*as atividades*) na produção e reduzir despesas. Depois de sanados todos os problemas, as lojas serão reabertas”. No momento, o foco da companhia é a recuperação.



DESTINAÇÃO. Advogado diz que parte do prédio da Pan poderá ser destinado à quitação de dívidas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** 5